

Trabalho escravo será punido com expropriação de terras

Emenda à Constituição foi aprovada ontem por unanimidade no Plenário e será promulgada semana que vem pelo Congresso, após 15 anos de tramitação

A aprovação da PEC do Trabalho Escravo foi possível graças à inserção de artigo remetendo a definição desse tipo de crime para lei complementar. Por acordo de lideranças, deve ser colocado em votação na próxima semana projeto de lei que definirá de forma clara o que pode ser considerado trabalho

escravo, para evitar que seja confundido com infração trabalhista. Durante o dia, a ministra Ideli Salvatti (Direitos Humanos) e atrizes do Movimento Humanos Direitos pediram a votação da proposta ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para quem a Casa “resgata uma dívida com o Brasil”. **7**



Ministra Ideli Salvatti e atriz Maria Zilda conversam com Renan Calheiros em Plenário: “Vitória da sociedade brasileira”

Moreira Mariz/Agência Senado

Gerardo Mangalá/Agência Senado



Presidente da Petrobras diz que Dilma não teve culpa

A decisão de adquirir a refinaria de Pasadena, em 2006, foi baseada em um documento que omitia duas cláusulas importantes, disse Graça Foster na

CPI do Senado. Segundo ela, a presidente Dilma Rousseff, que presidia o Conselho de Administração da estatal, não pode ser responsabilizada. **3**

Graça Foster dá explicações sobre os quatro eixos de investigação da CPI do Senado, ao lado dos senadores Vital do Rêgo, José Pimentel e Antonio Carlos Rodrigues

Servidores de Roraima e Amapá passam para a União **6**

Procurador-geral afirma que não adianta reduzir a maioria **9**

Volta à Câmara isenção fiscal para importador de álcool **5**

Ministra lamenta alto número de partos cesáreos no SUS **8**

Congresso Nacional lembra centenário de Irmã Dulce **10**

Sociólogo italiano defende “modelo brasileiro” de vida

O sociólogo italiano Domenico De Masi disse ontem, em audiência no Senado, que “o futuro do Brasil chegou”. De acordo com ele, o país pode ofe-

recer ao mundo, que está “desorientado”, um novo modelo de vida. De Masi destacou a miscigenação racial e a contemplação da beleza. **2**

No Senado, o sociólogo italiano Domenico De Masi elogia a cultura brasileira: “Enquanto nós fazíamos guerras na Europa, o que faziam os índios no Brasil? Faziam arte”

Lio de Paula/Agência Senado



Paulo Bernardo: Copa vai ajudar telecomunicações

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, afirmou em audiência pública no Senado que as telecomunicações brasileiras serão beneficiadas

pela Copa do Mundo. Segundo ele, a Telebras, por causa do evento, teve que antecipar investimentos em banda larga 4G, em proveito da população. **12**

Ministro Paulo Bernardo e senador Eduardo Amorim durante a audiência pública para debater o funcionamento da telefonia celular no país

José Cruz/Agência Senado



Lia de Paula/Agência Senado



O sociólogo italiano Domenico De Masi participa de audiência, ao lado dos senadores Cyro Miranda e Cristovam Buarque

O futuro do Brasil chegou, diz sociólogo italiano

Em audiência pública no Senado, Domenico De Masi afirmou que, entre as boas características do “modelo brasileiro”, estão a mestiçagem e a contemplação da beleza

NEM O CLIMA tenso que antecede a Copa nem a perspectiva de reedição de grandes manifestações populares obscurecem o otimismo do sociólogo italiano Domenico De Masi. Para o autor do livro *O Futuro Chegou*, que participou ontem de uma audiência pública no Senado, este é o momento do Brasil. Segundo ele, o país pode oferecer a um “mundo desorientado” um novo modelo de vida.

Em 1930, recordou o sociólogo, foi dito pela primeira vez, por um personagem do livro *Pais do Carnaval*, de Jorge Amado, que o Brasil seria o país do futuro. Uma década depois, prosseguiu, foi a vez de o autor austríaco Stefan Zweig usar a expressão no título de um livro. Agora, compara o italiano, o Brasil tem o sétimo maior produto interno bruto (PIB) do planeta e conta com grandes intelectuais e universidades.

— O futuro chegou. Este é o futuro — disse ele na audiência, organizada pela Comissão

Senado do Futuro e pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Ele elogiou o escritor Gilberto Freyre por ter dito que nunca gostaria de ser “completamente maduro, mas sim experimental e incompleto”. Em sua opinião, a busca constante pelo conhecimento é uma das boas características do “modelo brasileiro”. Também citou a mestiçagem, num mundo de conflitos raciais, e a contemplação da beleza.

Para ele, o arquiteto Oscar Niemeyer, com suas curvas, definiu o espírito brasileiro ao contestar o racionalismo do arquiteto suíço Le Corbusier, que havia defendido a linha reta.

— O Brasil nunca fez uma guerra contra seus vizinhos, com exceção do Paraguai. E, enquanto nós fazíamos guerras na Europa, o que faziam os índios no Brasil? Faziam arte, pintando o corpo da mulher amada — comparou De Masi.

Provocado por Cristovam Buarque (PDT-DF), criticou os intelectuais por não for-

mularem um novo modelo de referência para as sociedades em um período pós-industrial. Em sua opinião, perderam a coragem e não se arriscam sobre novos paradigmas.

Ana Rita (PT-ES) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) lembraram as campanhas sindicais em defesa da redução da jornada de trabalho, atualmente de 44 horas semanais. De Masi, como regra geral, defendeu 15 horas.

— O trabalho é um vício, não uma virtude. Um vício imbuído pela religião para compensar o pecado original. No paraíso não se trabalha — disse De Masi.

Ele concordou com Eduardo Suplicy (PT-SP) quanto à importância de programas de renda básica e criticou os ricos que não dividem a riqueza.

— Conheci ricos no Brasil que viviam cercados de seguranças. Perguntei por que não pagavam impostos maiores, para que não precisassem de seguranças. Na Itália também existem ricos, mas os perigos são mínimos — comparou.

Mozarildo Cavalcanti comemora aniversário de Caracará

Waldemir Barreto/Agência Senado



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou o aniversário de Caracará, cidade-sede do terceiro maior município de Roraima em número de habitantes e o maior do estado em área.

A cidade conta com boa infraestrutura, com um movimentado porto fluvial e um aeroporto, disse o senador. Ele observou, no entanto, que para Caracará se desenvolver mais, será importante a aprovação pela Câmara do projeto que cria regras para criação de novos municípios.

— Administrar Caracará não é fácil pelo seu tamanho e diversidade de biomas e de modos de vida — disse.

Paulo Davim destaca Concurso de Redação do Senado

Waldemir Barreto/Agência Senado



Paulo Davim (PV-RN) destacou a realização do 7º Concurso de Redação do Senado, que, neste ano, tem o tema “Se eu fosse senador”. Os interessados em participar do concurso, que integra o Programa Senado Jovem Brasileiro, podem enviar textos até 22 de agosto.

Presidente do Senado Jovem, Davim explicou que o programa permite a um estudante de cada estado e do Distrito Federal vir a Brasília, conhecer o Senado, participar de debates e apresentar propostas que, se aprovadas, serão examinadas como se tivessem sido apresentadas pelos senadores.

Suplicy ressalta lançamento de livro sobre renda básica

Waldemir Barreto/Agência Senado



Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ontem que o livro *Por que a Renda Básica?*, de Josué Pereira da Silva, será lançado na quinta-feira, na PUC de São Paulo.

Na obra, o autor explica o que é a renda básica de cidadania e compara a ideia com outros instrumentos de transferência de renda. Segundo Suplicy, Josué Pereira da Silva também destaca o papel do programa no combate à pobreza e à desigualdade social. O senador acrescentou que, no lançamento do livro, haverá uma reunião dos integrantes da Rede Brasileira da Renda Básica de Cidadania para discutir o assunto.

Programa EcoSenado é finalista do Prêmio Sebrae de Jornalismo



O programa *EcoSenado*, da TV Senado, há oito anos na grade de programação da emissora, foi classificado, pela segunda vez, para a final do Prêmio Sebrae de Jornalismo.

Hoje será realizada a premiação distrital da sexta edição do prêmio. A cerimônia está marcada para as 19h30, no espaço Ilha das Tribos, em Brasília.

Concorrem as matérias e reportagens publicadas, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013, sobre iniciativas empreendedoras.

Participam do concurso profissionais da imprensa que produziram matérias para jornais, revistas, rádio, TV e

web. Em todo o país, 1.395 trabalhos foram inscritos.

A primeira etapa do concurso é a estadual. Os vencedores passam a concorrer, automaticamente, à premiação regional. E após a premiação regional, concorrem à etapa nacional, no dia 12 de agosto.

Equipe

O trabalho finalista do *EcoSenado* tem como título “Reaproveitamento de podas de jardim”.

A equipe responsável pelo programa é composta por Cesar Mendes (reportagem e edição), Carlos Alberto Pereira (imagens), Amaral Neto (auxiliar), Luciano Barreto (finalização) e Talles Rezende (estagiário).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Atingidos pela seca

14h Entre as matérias que trancam a pauta, está a medida provisória (MP 635/2013) que amplia o auxílio financeiro recebido por agricultores atingidos pela seca.

PRESIDÊNCIA Biodiesel

10h Cerimônia de anúncio de medidas de fomento à produção de biodiesel, no Palácio do Planalto. Às 12h, Renan Calheiros recebe visita de representantes de municípios alagoanos como Barra de Santo Antônio e Joaquim Gomes. Às 16h, preside a ordem do dia. Às 18h30, recebe o senador Vital do Rêgo e o ministro Luiz Fux, do STF.

CCT Regionalização

9h Audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática debate projeto que regulamenta a regionalização da programação e a produção independente de rádio e TV.

RESÍDUOS SÓLIDOS Política reversa

9h A Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, que integra a CMA, realiza audiência com representante da Confederação Nacional da Indústria sobre o custeio da política reversa e questões tributárias.

CDR Incentivo ao turismo

9h Projeto para fomentar o turismo no Nordeste com redução do Imposto de Renda está na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

CAS Diretora da ANS

9h A Comissão de Assuntos Sociais analisa a indicação de Martha Regina de Oliveira para o cargo de diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Logo após, vota proposta que institui rateio dos recursos oriundos do seguro DPVAT.

CJI Inibidores de apetite

10h O uso de inibidores de apetite pode ser liberado, conforme projeto na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

CPMI DA PETROBRAS Instalação

14h Instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Petrobras, eleição do presidente, do vice e do relator.

CMMC Agricultura de baixo carbono

14h30 Agricultura com baixa emissão de carbono é tema de audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

CMO Requerimentos de audiências

14h30 Reunião da Comissão Mista de Orçamento para análise de três requerimentos de audiência, um deles para debater o corte orçamentário no IBGE.

MEDIDA PROVISÓRIA Energia elétrica

14h30 Audiência pública na comissão mista que examina parecer sobre a Medida Provisória 641/2014, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 9h, audiência pública da **Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**. Às 10h, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Presidente da Petrobras reafirma que aquisição de refinaria nos Estados Unidos, vista hoje, foi um mau negócio. Ela culpa documento da época que omitia cláusulas importantes

Graça Foster isenta Dilma pela compra de Pasadena

A EXEMPLO DO que haviam feito o ex-presidente da Petrobras Sergio Gabrielli e o ex-diretor Nestor Cerveró, a atual presidente da estatal, Graça Foster, isentou de responsabilidade a presidente Dilma Rousseff pela decisão de compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Na época do negócio, em 2006, Dilma era ministra da Casa Civil e presidia o Conselho de Administração da Petrobras. A transação é investigada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por suspeitas de irregularidades.

— À luz da situação atual, os números mostram que não foi um bom negócio. Num futuro próximo, é possível que haja melhorias, mas hoje, com a de-

cisão do refino no Brasil, com a descoberta do pré-sal e com um mercado interno crescente, não é mais prioridade. Mas lá atrás, em 2006, foi considerado [um negócio] potencialmente bom — afirmou.

Omissões

Logo que as suspeitas foram levantadas, Dilma alegou em nota que a decisão de compra foi feita com base num documento falho, que omitira duas cláusulas importantes do contrato: Marlim e Put Option. O documento foi elaborado por Cerveró, que disse à CPI que o negócio seria fechado de qualquer forma. Graça Foster discordou. Para ela, se o Conselho de Administração

tivesse sido informado, talvez a transação não fosse feita.

A Put Option determinava que, em caso de desacordo entre os sócios, a outra parte seria obrigada a adquirir o restante das ações. A Marlim garantia à Astra Oil, sócia da Petrobras, lucro de 6,9% ao ano.

Graça Foster apresentou também avaliação de analistas que consideraram positiva a compra de Pasadena na época. Segundo ela, o que despertou o interesse na refinaria era a necessidade de buscar refino no exterior. A executiva negou que a refinaria teria custado à Astra apenas US\$ 42,5 milhões. Ela estimou que entre o valor da compra e os investimentos, a empresa belga desembolsou o total de US\$ 360 milhões.

A presidente da Petrobras disse que, em 2006, o planejamento estratégico apontava para a necessidade de expansão do parque de refino no mercado norte-americano.

Como ocorreu nos depoimentos anteriores, a reunião foi feita sem a presença de senadores da oposição. Eles defendem que a apuração seja feita em comissão mista, isto é, com senadores e deputados.

Explicações da Petrobras

EIXO 1: Compra da refinaria de Pasadena

Avaliação de analistas (fev./2006)



Merrill Lynch: positiva
"preço bem abaixo da média"



Crédit Suisse: positiva
"transação positiva"



Deutsche Bank: positiva
"estrategicamente importante"



Itaú: positiva
"retorno vai depender do investimento"

Decisões do Conselho de Administração

3/2/2006 autoriza compra de 50% sem citar as cláusulas Put Option e Marlim (US\$ 429 milhões)

3/3/2008 não autoriza compra dos 50% restantes (US\$ 788 milhões)

20/6/2008 Diretoria-executiva decide entrar com ação contra o grupo Astra para exigir suporte à refinaria

13/6/2012 autoriza compra dos 50% restantes para encerrar ações judiciais (US\$ 820 milhões)

Totais gastos

US\$ 1,249 bi { US\$ 554 milhões pela refinaria
US\$ 341 milhões pela trading
US\$ 354 milhões de juros, empréstimos, garantias etc.

Avaliação atual

Não foi um bom negócio. No futuro próximo, é possível melhorias. Mas não seria feito novamente com as projeções e estratégias atuais.

EIXO 2: Indícios de pagamento de propina pela empresa holandesa SBM Offshore para obter contratos



É a principal afretadora de unidade flutuante de armazenamento e transferência no mundo

EIXO 3: Segurança nas plataformas

Acidentados fatais

2010 10
2011 16
2012 13
2013 4

Volume de vazamento (m³)

2010 668
2011 234
2012 387
2013 187

EIXO 4: Superfaturamento na construção de refinarias

Refinaria Abreu e Lima

- A Petrobras opera ativos de refino e logística de forma integrada, maximizando o resultado do sistema e não a otimização individual de cada ativo.
- Empresa faz teste anual de *impairment* dos ativos de refino e logística.
- Os resultados dos testes têm sido positivos, demonstrando que a sinergia da Refinaria do Nordeste com as demais unidades agrega valor aos resultados.
- A avaliação foi referendada pela auditoria externa PricewaterhouseCoopers.



Graça cumprimenta Pimentel, relator da CPI presidida por Vital do Rêgo (C)

Denúncia de propina paga por holandeses é rejeitada

A presidente da Petrobras negou que funcionários da estatal soubessem da existência de um esquema de pagamento de propina por parte da SBM Offshore, investigada por autoridades holandesas.

— Tomamos conhecimento das denúncias em fevereiro de 2014, pela imprensa. Imediatamente, instauramos uma comissão interna de apuração de alto nível — afirmou Graça Foster.

Ela esclareceu que, após 44 dias, ficou demonstrado que os negócios estavam corretos e conforme as regras adotadas pela estatal. Segundo a executiva, a Petrobras não foi notificada nem responde ação no exterior.

— Enquanto não tiver o posicionamento de autoridades nacionais, a SBM não será chamada para participar de licitações — explicou.

Executiva nega risco à segurança de funcionários

Graça Foster negou que programa de redução de custos da empresa esteja comprometendo a integridade dos funcionários. Ela também negou insuficiência de efetivo a bordo das plataformas para treinar e compor as brigadas. Segundo ela, os sindicatos participam das investigações de acidentes.

— Os planos de redução [de custos] existem, mas não passam pela área de segurança — garantiu.

Ela comentou o acidente na plataforma P-36, em março de 2001, que resultou na morte de 11 pessoas.

— É impossível esquecer. São lições que se aprendem, vidas foram perdidas. Marcou muito nossa companhia. Se consideramos a perda total, são US\$ 2,2 bilhões — esclareceu, lembrando que US\$ 4 milhões foram pagos em indenizações aos familiares das vítimas.

Para a dirigente, Refinaria Abreu e Lima agrega valor

A construção da Refinaria Abreu e Lima (Refinaria do Nordeste, ou Renest) “é positiva para a Petrobras”, segundo a presidente da estatal do petróleo, pois “o conjunto da operação agrega valor à estatal”. Ela explicou as mudanças no valor da obra.

— Não se começou a construir uma refinaria de US\$ 2,4 bilhões. A refinaria que estamos construindo é de US\$ 13,4 bilhões. E, pelas nossas projeções, pode chegar a US\$ 18,5 bilhões — considerou.

Segundo ela, a concepção do projeto era de construção de uma unidade de destilação, mas acabou se transformando em uma refinaria completa. Graça Foster informou que, após diversas auditorias, a refinaria não apresentou resultados contábeis negativos. Segundo ela, desde 2006, os órgãos de controle têm feito avaliações sobre Abreu e Lima.

CPI convoca Paulo Roberto Costa e requisita documentos

A CPI da Petrobras aprovou ontem a convocação do ex-diretor de Abastecimento e Refino da estatal Paulo Roberto Costa. Preso pela Polícia Federal na Operação Lava-Jato, em março, ele acabou libertado por uma decisão do ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF). Costa é acusado de integrar um esquema de lavagem de dinheiro que teria movimentado cerca de R\$ 10 bilhões.

A CPI decidiu ainda requerer ao STF e à 13ª Vara Federal de Curitiba toda a documentação relacionada à Operação Lava-Jato, que levou 13 pessoas à prisão.

Ministro do TCU se declara impedido de falar à comissão

O ministro do Tribunal de Contas da União José Jorge avisou que não pode depor à CPI da Petrobras por ser relator de processos relacionados a temas que são objeto de investigação. O depoimento estava marcado para amanhã.

O relator da CPI, José Pimentel (PT-CE), lamentou. Ele disse que o TCU tem informações que poderiam ser úteis.

— Ele já foi senador, integrou o Conselho de Administração da Petrobras e hoje acompanha processos de investigação. Já tivemos ministros do TCU presentes em CPI. Lamentavelmente, José Jorge, que tem dados para ajudar na investigação, nega-se a vir.

Renan anuncia instalação da CPI Mista da Petrobras

O presidente do Congresso, Renan Calheiros, confirmou, em entrevista à imprensa ontem, que a CPI Mista da Petrobras será instalada hoje, às 14h.

— Amanhã [hoje], os nomes estarão publicados no *Diário Oficial* e o mais idoso, que é o João Alberto [Souza], convocará a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito — disse.

Na reunião de instalação, são eleitos o presidente e o vice-presidente e é designado o relator da CPI. Renan destacou que a expectativa é que a comissão faça uma investigação profunda e forneça as respostas que o Brasil cobra.

Amorim se diz estarecido com golpe de ex-diretor

Eduardo Amorim (PSC-SE) se disse estarecido com as revelações da revista *IstoÉ* de que o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, preso pela Operação Lava-Jato da Polícia Federal, planejava prometer a construção de pequenas refinarias no Espírito Santo, Alagoas, Sergipe e Ceará que nunca sairiam do papel. Ele teria até mesmo fechado acordos com esses governos.

— Qual não foi minha surpresa quando a presidente Graça Foster afirmou que a Petrobras jamais havia considerado tal hipótese. E esta semana a revista *IstoÉ* traz a matéria “O golpe das refinarias do dr. Costa” — lamentou.

Plenário aprova MP que prorroga o Refis da Crise

Medida também permite às empresas do Programa Inovar-Auto importar softwares que não tenham similar nacional e trata de outros assuntos. Como foi modificada no Senado, volta para a Câmara

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem medida que permite às empresas do Programa Inovar-Auto importar softwares sem similar nacional e prorroga o prazo de adesão ao Refis da Crise.

O Projeto de Lei de Conversão 10/2014, decorrente da Medida Provisória 638/2014, também reabre o prazo para que entidades filantrópicas de saúde possam aderir a programas de moratória e remissão de dívidas em relação a tributos do fisco federal.

Os senadores aprovaram o PLV que havia sido encaminhado pela Câmara dos Deputados, mas reintroduziram no texto parte dos artigos incorporados na comissão mista que analisou a MP 638/2014 e que haviam ficado de fora depois da aprovação da matéria na Câmara. Com as mudanças, a proposta retorna àquela Casa.

Entre as medidas recolocadas no PLV pelos senadores, está a mudança para autorização do regime de outorga para prestação de serviço de transporte regular interestadual e internacional de passageiros (que seria de concessão e permissão). Relator-revisor da matéria, Ivo Cassol (PP-RO) deu parecer contrário à mudança de regime, mas foi derrotado em Plenário.

— Eu queria licitação para todas as linhas do país — argumentou.

Também foi retomada a regularização de terrenos de entidades religiosas de qual-



Relatório de Ivo Cassol era contrário à mudança, mas foi derrotado em Plenário

quer culto e de entidades de assistência social que tenham se instalado no Distrito Federal até 31 de dezembro de 2006. É preciso que essas entidades estejam efetivamente realizando atividades no local.

Refis

O Refis da Crise foi criado pelas Leis 11.941/2009 e 12.249/2010 para parcelar dívidas das empresas brasileiras afetadas pela crise econômica mundial de 2008, especialmente exportadoras. Mas o parcelamento, em até cinco parcelas, que incorporou dívidas existentes até 2008, beneficiou também débitos de pessoas físicas. Pela matéria, o devedor com dívida até R\$ 1 milhão terá de pagar 10% do valor total na adesão. Se a dívida for superior, a empresa deverá pagar 20%.

Sobre o Inovar-Auto, originalmente a MP 638/2014 incluiu importações de softwares e de equipamentos sem similares nacionais e de peças

de reposição de valor menor que 10% do maquinário a que pertencem ao rol de atividades que geram crédito presumido de Imposto sobre Produtos Importados (IPI), dentro do programa. Instituído pela Lei 12.715/2012 e com vigência até 31 de dezembro de 2017, o Inovar-Auto permite às empresas participantes apurar crédito presumido de IPI de gastos realizados no país em áreas como pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica e com insumos estratégicos.

Quanto à moratória prevista, a medida prevê que ela vale para pendências com a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) até janeiro de 2014. A Lei 12.873/2013, atualmente em vigor, prevê moratória das dívidas até setembro de 2013. O texto retira a incidência de juros e correção monetária sobre o total da dívida tributária das entidades filantrópicas.

(Com informações da Agência Câmara)

Collor diz que tributação no Brasil é atentado à lógica



Cada empresa no Brasil tem que preencher por ano 2.200 campos de formulários apenas para prestar informações à Receita Federal e gasta 2.500 horas anuais para honrar compromissos tributários, afirmou Fernando Collor (PTB-AL). O senador destacou que os 15 países mais burocráticos do mundo gastam em média 600 horas por ano e que os 15 menos burocráticos gastam 60 horas por ano para cumprir as mesmas obrigações.

Collor defendeu uma reforma tributária que simplifique o sistema, reduza a carga de impostos e acabe com esse “atentado à lógica da eficiência e da praticidade, sem paralelo no mundo”.

— Trata-se da tributocracia. O governo da tributação, da arrecadação desenfreada e aviltante, e o pior, desorganizadamente complexa, na autêntica embarçada teia de normas e exigências, cujo maior resultado prático é o desestímulo ao setor produtivo, o desencorajamento ao empreendedorismo e o desincentivo à inovação.

Humberto Costa critica falta de propostas da oposição



O líder do PT, Humberto Costa (PE), questionou o pré-candidato do PSB à Presidência da República, Eduardo Campos, por — apesar de ter criticado as medidas do governo para o setor energético e para o controle da inflação — não apresentar, segundo o senador, propostas para essas duas áreas.

De acordo com Humberto, o atual governo trabalhou para evitar apagões como o que ocorreu em 2001 e 2002. O senador acrescentou que, durante o governo do PT, a capacidade instalada de eletricidade saltou de 80 mil para 120 mil megawatts, a rede de transmissão ganhou mais de 20 mil quilômetros de linhas e três grandes usinas hidrelétricas começaram a ser construídas.

Quanto à inflação, o senador afirmou que a presidente Dilma Rousseff trabalha para impedir que a crise internacional prejudique a população. A média inflacionária, disse, está em 5,9%, o que permite ao governo a manutenção de investimentos públicos para promover o desenvolvimento inclusivo.

Canoas deverá ter R\$ 110,9 mi para investir em infraestrutura

A melhoria da infraestrutura física e dos equipamentos públicos de Canoas (RS) poderá contar com o equivalente a R\$ 110,9 milhões da Corporação Andina de Fomento (CAF). A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem operação de crédito externo no valor de US\$ 50 milhões.

Para assinar o contrato, o município se compromete a fazer uma contrapartida em igual valor ao desembolsado pela CAF. O pedido tem como relator Eduardo Suplicy (PT-SP) e seguirá para Plenário.

Também ontem, Armando Monteiro (PTB-PE) leu relatório de Kátia Abreu (PMDB-TO) favorável a uma operação de US\$ 58,8 milhões entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Florianópolis. Os recursos serão aplicados em educação infantil e ensino fundamental. O município investirá,

como contrapartida, R\$ 132,1 milhões.

O Projeto Dom Helder Câmara, iniciativa do governo federal para combate à pobreza em 129 municípios do semiárido nordestino, poderá receber o equivalente a R\$ 41 milhões do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida). Ontem, Ana Amélia (PP-RS) leu relatório de Gleisi Hoffmann (PT-PR) favorável a empréstimo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

São duas linhas de crédito: uma de 11,4 milhões de euros e outra de US\$ 3 milhões. Segundo a mensagem da presidente Dilma Rousseff, o projeto beneficia 74 mil pessoas do Nordeste.

O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), concedeu vista coletiva dos pedidos relativos a Florianópolis e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.



Lindbergh deu vista coletiva à operação entre o BID e a capital catarinense

Comissão adia exame de solução para guerra fiscal

Por falta de quórum, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou ontem a votação de uma solução para impasses entre estados devido à guerra fiscal. Hoje pode ser votado substitutivo do relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), ao PLS 130/2014, de Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O substitutivo transfere para os estados a tarefa de legalizar os benefícios e reduz

o quórum de deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz): da unanimidade dos integrantes passa para três quintos das unidades federadas e um terço dos estados integrantes de cada região do país. A redução vale apenas para a convalidação de incentivos fiscais, a remissão (perdão) dos créditos tributários decorrentes da guerra entre estados.

Internauta pode participar de audiência sobre economia verde

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) realiza hoje, a partir das 14h30, uma audiência pública interativa para discutir a tributação e os

subsídios para a economia de baixo carbono. Pelo Portal e-Cidadania, é possível assistir à audiência ao vivo e participar enviando perguntas aos debatedores.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 14h30

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CMMCcarbonoEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CMMCcarbonoAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania #baixocarbono	▶ Twitter: @AlôSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211
▶ Taquigrafia: http://bit.ly/comissaoMudancasClimaticas	

Importadores de álcool terão isenção fiscal

Medida provisória sofreu alterações no Plenário do Senado e voltará à Câmara. Deputados têm prazo curto para reexaminar a matéria, que perde vigência na segunda-feira

O SENADO APROVOU ontem a MP 634/2013, que isenta os importadores de álcool do pagamento do PIS-Pasep-Importação e da Cofins-Importação, além de fazer mudanças em outros assuntos tributários. Como foi aprovado com mudanças, o texto terá de voltar à Câmara. O prazo limite para a aprovação é segunda-feira.

Principal tema da medida provisória, a isenção dos tributos tem o objetivo de evitar o acúmulo de créditos pelas empresas importadoras de álcool, pois elas já contam com o benefício de um crédito presumido estabelecido pela Lei 12.859/2013. A isenção dos tributos relacionados à importação será até dezembro de 2016, ano previsto para o fim do crédito presumido de PIS-Pasep e de Cofins na comercialização no mercado interno.

De 2016 em diante, a MP determina que os importadores deverão ser enquadrados no regime especial de apuração e pagamento de PIS-Pasep-Importação e de Cofins-Importação, criado pela Lei 9.718/1998, independentemente de opção.

De acordo com o regime especial, os tributos são pagos por volume de álcool comercializado. Assim, a partir de 2017, todos os importadores do produto passarão a pagar R\$ 23,88 por metro cúbico (PIS-Pasep-Importação) e R\$ 107,52 por metro cúbico (Cofins-Importação).

Paim defende dispensa de emplacamento de máquinas agrícolas

Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender a dispensa do emplacamento para as máquinas agrícolas. Paim lembrou que, recentemente, a presidente da República, Dilma Rousseff, vetou projeto de lei aprovado pelo Congresso que dispensava o registro e o licenciamento de máquinas agrícolas de todos os tipos. No entanto, a presidente editou ontem uma medida provisória (MP 646/2014) dispensando do registro e do licenciamento somente as máquinas agrícolas e os equipamentos de construção e pavimentação fabricados até de 1º de agosto deste ano.

Paim garantiu que vai sugerir mudanças quando o texto chegar ao Senado. Para ele, não é possível permitir que agricultores tenham prejuízo com a medida.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Plenário do Senado durante sessão deliberativa que aprovou a isenção de tributos incidentes na importação de álcool

A MP também especifica que a compensação do saldo credor de créditos acumulados de PIS-Pasep e de Cofins com débitos perante o fisco federal será permitida em relação a custos, despesas e encargos vinculados à produção e à comercialização de álcool. Dessa forma, fica excluída a hipótese de custos relativos à importação.

Para tornar mais clara a proibição de incorporar o crédito presumido na revenda, a MP restringe a situação ao álcool adquirido no mercado interno. Isso permite às empresas o cálculo do crédito na revenda de álcool comprado no exterior.

Alterações no texto

O maior entrave à tramitação da matéria no Congresso foi a inclusão, pelo relator, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), ainda na fase de análise da

comissão mista, da atualização de 4,5% na tabela de cálculo do Imposto de Renda, retirada durante a tramitação na Câmara. O Senado manteve a exclusão.

O reajuste, previsto na MP 644/2014, foi anunciado pela presidente da República, Dilma Rousseff, no pronunciamento dela em comemoração pelo Dia do Trabalhador, em 1º de maio. Segundo Eunício Oliveira, a sugestão de incorporar a atualização do Imposto de Renda na primeira MP foi do Ministério da Fazenda, temendo não haver tempo suficiente para aprovação da segunda medida provisória. No entanto, deputados da oposição apontaram manobra do governo para impedir um reajuste maior da tabela.

Outro tema incluído no texto durante a tramitação na comissão mista e retirado posteriormente foi a

prorrogação das isenções e benefícios das áreas de livre comércio de Tabatinga (AM), Guajará-Mirim (RO) e Boa Vista e Bonfim (RR). O prazo da primeira vence este ano e seria prorrogado até 2024. O das duas últimas terminaria em 2016 e seria prorrogado até 2026.

Durante a tramitação na Câmara, apenas a prorrogação para Guajará-Mirim havia sido mantida, mas o Senado suprimiu as três prorrogações.

Infraestrutura

A MP 634 também mudou a lei sobre desoneração de folha de pagamento para equiparar o consórcio de empresa a empresa para fins de enquadramento nesse benefício. A desoneração da folha de pagamentos, mecanismo criado em 2011, permite a substituição da contribuição

patronal devida à Previdência por uma alíquota incidente na receita bruta.

Com a inclusão das empresas de construção de obras de infraestrutura nesse mecanismo a partir de janeiro deste ano, o governo pretende não prejudicar aquelas que atuam em consórcio. Dessa forma, cada empresa consorciada deverá recolher a alíquota de 2% sobre a receita bruta conseguida no consórcio proporcionalmente à participação no empreendimento.

Para as empresas beneficiadas, outra mudança nessas regras esclarece que devem ser usados os mesmos critérios do PIS-Pasep e da Cofins no caso de contratos de longo prazo, quando as receitas são reconhecidas para tributação conforme são recebidas.

O relator também especificou que as consorciadas têm responsabilidade solidária sobre pagamentos devidos em substituição à contribuição da folha.

Portos alfandegados que tenham movimentação diária média, no período de um ano, inferior a 100 unidades de carga terão prazo até o final de dezembro para instalar scanners de contêineres. O novo prazo valerá para os recintos alfandegados que comprovem a compra e o não recebimento por problemas do fornecedor. Quem recebeu os equipamentos até a data de edição da MP (27 de dezembro de 2013) não será multado.

Medida contribui para reduzir custos no campo, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) interpretou como um gesto de sensibilidade do governo a edição da medida provisória que suspende o emplacamento obrigatório de máquinas agrícolas (MP 646/2014).

Para ela, os encargos para os produtores rurais já são muito pesados e a permissão para que tratores circulem dentro das fazendas sem licenciamento contribui para a redução dos custos no setor.

Ana Amélia, porém, considera que o texto ainda gera dúvidas e espera que possa ser aperfeiçoado no Congresso.

— A máquina agrícola deve ser vista sempre como aliada do produtor e de quem investe no campo. Dificultar o uso desses equipamentos é criar problema para um setor tão ativo como esse — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Raupp comemora lançamento do Plano Safra pelo governo

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou o lançamento, pelo governo federal, do Plano Safra Agrícola-Pecuário e do Plano Safra da Agricultura Familiar (Pronaf), ambos para o biênio 2014-2015.

O Plano Safra Agrícola-Pecuário vai contar com R\$ 155 bilhões, um valor 14% maior do que o do período anterior. Já o Plano Safra da Agricultura Familiar vai destinar R\$ 24,1 bilhões ao setor.

O senador lembrou que a agropecuária é responsável pelo saldo positivo da balança comercial, devido às exportações de R\$ 250 bilhões.

— No Brasil, o baixo crescimento da economia causa preocupação. Na indústria, observa-se um encolhimento; já a agropecuária continua avançando — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gleisi Hoffmann destaca recursos para a agricultura familiar

Gleisi Hoffmann (PT-PR) ressaltou em discurso o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, o Pronaf, para a produção de 2014-2015. O governo federal anunciou R\$ 24,1 bilhões para pequenos e médios agricultores. A parlamentar ressaltou que os recursos aumentaram em relação à última safra. Ela ainda mencionou os juros baixos e sem reajuste para custeio e investimentos em irrigação, armazenagem, aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.

— Nós não conseguiríamos esse resultado se nós não tivéssemos um programa centrado, voltado ao crédito barato para o agricultor, ao crédito barato para os investimentos, ao subsídio e à garantia de preço mínimo — disse a senadora.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Flexa Ribeiro critica ação do Ibama no sudoeste do Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou a ação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no sudoeste do Pará, onde fiscais incendiaram caminhões de madeireiros. Segundo ele, os veículos estavam perto de uma reserva indígena, mas não estavam carregados, e o Ibama teria agido por uma suposição de irregularidade.

O senador comentou a revolta dos caminhoneiros da região. Ele também cobrou do governo federal a regularização fundiária no sudoeste do Pará.

— Os colonos, que estão lá há décadas sustentando as suas famílias, não podem ter esse tratamento do governo, que se omite na regularização dessas terras — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Promulgada a integração à União dos servidores de Amapá e Roraima

Ex-territórios ficarão livres de obrigações financeiras criadas quando ainda não tinham autonomia, segundo nova emenda constitucional

EM SESSÃO SOLENE, o Congresso concluiu ontem uma luta travada desde 1989 pelos servidores públicos e policiais militares vinculados aos ex-territórios do Amapá e de Roraima para serem integrados aos quadros funcionais da União. Na presidência da sessão, Romero Jucá (PMDB-RR) declarou promulgada, pelas Mesas do Senado e da Câmara, a Emenda Constitucional 79/2014. Os servidores terão 180 dias — a partir da regulamentação da lei pelo governo — para fazer a opção pelo quadro da União.

Jucá registrou a importância da data para Roraima e Amapá. O enquadramento foi iniciado há 25 anos pelo então presidente da República, José Sarney, mas parou com o fim do mandato dele, em 1990.

Durante a votação no Senado, José Sarney (PMDB-AP), relator do texto que deu origem à Emenda 79, lembrou que a proposta aplica aos estados do Amapá e de Roraima as medidas estabelecidas pela Emenda Constitucional 60/2009, que beneficiou os servidores de Rondônia. A norma passou à União a res-

ponsabilidade pelo pagamento dos servidores e policiais militares admitidos até a posse do primeiro governador eleito naquele estado, em 1987.

Correção

Durante a discussão no Plenário, Sarney afirmou que está sendo corrigida uma grande injustiça, uma vez que há quatro anos os servidores de Rondônia foram contemplados. No relatório, ele havia atestado que a emenda fortalece os dois estados, aliviando-os de obrigações financeiras originadas quando

ainda não desfrutavam de total autonomia e a União ainda influenciava significativamente sua política de pessoal.

Os servidores admitidos regularmente entre a transformação em território, em outubro de 1988, e a instalação dos estados, em outubro de 1993, terão de ser enquadrados nos cargos para os quais foram admitidos ou cargos equivalentes. O prazo para que os servidores manifestem a opção de ingressar no quadro da União é de 180 dias após a regulamentação da norma pelo governo.

Supremo autoriza retomada de corte em supersalários

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou ontem ao Plenário que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio decidiu pela revogação da liminar que garantia a servidores do Senado o recebimento de salários acima do teto constitucional. A nova decisão, datada do dia 22, só foi publicada ontem.

O Senado deixou de pagar valores acima do teto constitucional em outubro. No entanto, em fevereiro, uma liminar de Marco Aurélio estabeleceu a retomada dos pagamentos integrais, acolhendo o argumento de que os servidores afetados não tinham sido ouvidos antes. O Senado fez, então, procedimentos administrativos individualizados para garantir o contraditório.

Na semana passada, Renan decidiu pela demissão do então diretor-geral do Senado, Helder Rebouças, porque os salários de maio foram pagos sem os cortes nos vencimentos que ultrapassavam o teto constitucional de R\$ 29.462,25. Renan lembrou que havia determinado que os cortes seriam aplicados já na folha salarial deste mês.

Segundo Renan, os valores pagos a mais serão descontados no próximo pagamento.



Entre Randolfe e Sarney, Jucá apresenta o texto promulgado pelo Congresso em benefício de servidores dos dois estados, na companhia de senadores e deputados

Caminhoneiros pedem votação de nova lei profissional da categoria

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem representantes de sindicatos e federações que reúnem cegonheiros — motoristas de carretas específicas para transporte de veículos. Os trabalhadores pediram a votação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 41/2014, que disciplina a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional.

O projeto altera a chamada Lei do Descanso (Lei 12.619/2012), que estabeleceu a obrigatoriedade de descanso a cada quatro horas, com prorrogação de uma hora em situações excepcionais. Pelo texto, a jornada de trabalho pode chegar a oito horas seguidas, com possibilidade de mais quatro horas, a depender do acordo coletivo da categoria.

Renan explicou que a pauta do Plenário está travada por MPs e que somente hoje haverá a possibilidade de votação. Ele também pediu esclarecimentos ao relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Romero Jucá (PMDB-RR), presente ao encontro, já que na semana passada outros representantes de caminhoneiros se disseram contrários à proposta, alegando que a flexibilização pode aumentar acidentes e mortes no trânsito.

Servidores querem apoio para aprovar MP que libera sindicalistas

Representantes de 6 centrais sindicais e 20 associações e sindicatos de servidores públicos federais, estaduais e municipais visitaram ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros. Eles pediram a aprovação da Medida Provisória (MP) 632/2013, que permite liberar o servidor para mandato classista com ônus para o poder público.

De acordo com Renato Dias, da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, essa dispensa “permite a organização dos trabalhadores sem represália, fortalece a atuação sindical e a articulação da categoria”. Renan recebeu de Lineu Mazano, da Nova Central, um documento pedindo a aprovação da MP.

Participaram da reunião Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Alvaro Dias (PSDB-PR), Humberto Costa (PT-PE), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Waldemir Moka (PMDB-MS) e a deputada federal Luciana Santos (PCdoB-PE), além de representantes da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nova Central, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Acir Gurgacz propõe criação da Política Nacional para Bombeiros

Acir Gurgacz (PDT-RO) anunciou em Plenário ontem que protocolou projeto de lei criando a Política Nacional dos Bombeiros Militares. A proposta define critérios técnicos para universalização do serviço em todo o país.

O senador explicou que o projeto assegura autonomia e independência às corporações.

Segundo Gurgacz, a proposta é resultado de uma ampla discussão da categoria em todo o país, com participação de representantes da segurança pública e de diversos setores da sociedade.

— São sugestões e medidas que fortalecem os corpos de bombeiros de todo o país, assegurando a prestação, com mais qualidade, eficiência e eficácia, de um serviço fundamental para a sociedade — declarou.

Suframa

Acir Gurgacz também pediu aos fiscais da Suframa que atuam na cidade de Guajará-Mirim, em Rondônia, para que retomem as vistorias de mercadorias no próprio posto fiscal.

Vanessa defende prorrogação dos incentivos da Zona Franca de Manaus

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu ontem a prorrogação dos benefícios tributários da Zona Franca de Manaus. A PEC 103/2011, com esse objetivo, está sendo analisada pela Câmara. O texto, de autoria do Poder Executivo, prorroga os benefícios por mais 50 anos.

A senadora defendeu também a demanda de José Sarney (PMDB-AP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) sobre a prorrogação para as áreas de livre comércio. Essa equiparação ainda depende de acordo entre os deputados. — De tudo faremos para que tenham o mesmo prazo de prorrogação, mas se não tiver o mesmo prazo de prorrogação, terá prazo suficiente — disse a senadora.

No mesmo pronunciamento, a senadora comemorou a aprovação da PEC do Trabalho Escravo. A PEC 57A/1999 prevê a expropriação de terras em que se verifique a prática de trabalho coercitivo. Vanessa lamentou apenas que a aplicação da medida de expropriação ainda dependa de regulamentação por lei específica.

Plenário aprova PEC do Trabalho Escravo

Emenda à Constituição que prevê a expropriação de terra rural e urbana onde houver trabalho análogo à escravidão foi aprovada por unanimidade em dois turnos de votação

O PLENÁRIO APROVOU ontem por unanimidade, após 15 anos de tramitação, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 57A/1999, que prevê a expropriação de imóveis rurais ou urbanos em que se verifique a prática de trabalho escravo. A proposta, que altera o artigo 243 da Constituição, será promulgada em sessão solene em 5 de junho. A PEC teve 59 votos favoráveis no primeiro turno e 60 no segundo.

A definição de trabalho escravo, porém, depende de regulamentação, já que foi inserida na PEC a expressão “na forma da lei”. O relatório aprovado é de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O projeto de lei que vai regulamentar a expropriação (PLS 432/2013), relatado por Romero Jucá (PMDB-RR), deve ser votado na próxima semana.

— É um compromisso feito em Plenário votar a lei que regulamenta a forma como será classificado e punido [o trabalho escravo] — disse Jucá.

Além de diferenciar o descumprimento da lei trabalhista do trabalho escravo, o projeto disciplina o processo de expropriação, exigindo a observância da lei processual



Inácio Arruda, Ana Amélia, Walter Pinheiro e Lídice da Mata em Plenário, após a aprovação da emenda constitucional

civil. O texto também vincula a expropriação ao trânsito em julgado de sentença contra o proprietário — a redução à condição análoga à de escravo é crime, de acordo com o Código Penal.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Ana Rita (PT-ES) defendeu mais debate sobre a proposta.

— A regulamentação não pode significar retrocesso. Nosso entendimento é de

que tem retrocesso — disse.

Apesar de cautelosa, Ana Rita disse que a PEC deve assegurar dignidade aos trabalhadores. Ela ressaltou que as propriedades envolvidas com trabalho escravo serão destinadas à reforma agrária ou à moradia popular.

Para Walter Pinheiro (PT-BA), os efeitos da emenda constitucional são imediatos.

— Não há por que cessar os efeitos da PEC, ou retardar a

consagração dos direitos. A regulamentação não poderá reduzir o escopo da PEC, que tem aplicação imediata.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a aprovação é uma vitória da sociedade.

— É uma vitória cheia de significados. A violação do direito ao trabalho digno incapacita a vítima de fazer escolhas de acordo com a sua livre determinação. O Senado resgata uma dívida

com o Brasil — afirmou.

Para o líder do DEM, José Agripino (RN), a emenda vai colocar o Brasil em posição de destaque na reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em junho.

Kátia Abreu (PMDB-TO) também saudou a aprovação e disse que os responsáveis por trabalho escravo “merecem ser punidos radicalmente”.

Para Jayme Campos (DEM-MT), a proposta é um avanço e a regulamentação trará segurança jurídica ao evitar a expropriação “irresponsável”.

Paulo Davim (PV-RN) afirmou que o trabalho escravo é uma prática anacrônica que “não se coaduna com os caminhos seguidos pelo Brasil”.

A decisão também foi saudada por Ana Amélia (PP-RS), Anibal Diniz (PT-AC), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Eduardo Amorim (PSC-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Humberto Costa (PT-PE), Inácio Arruda (PCdoB-CE), José Pimentel (PT-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Paulo Paim (PT-RS), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Waldemir Moka (PMDB-MS).

Movimento de direitos humanos pede apoio a Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem representantes do Movimento Humanos Direitos (MHuD), entre eles as atrizes Camila Pitanga e Maria Zilda Bethlem, que pediram apoio para

a votação da PEC 57A/1999, que determina a expropriação de terras em que se verifique a prática de trabalho escravo.

As atrizes estavam acompanhadas da ministra da Secretaria Especial de Direi-

tos Humanos, Ideli Salvatti. Camila Pitanga, diretora do movimento, foi portadora de uma carta a Renan.

— Precisamos mostrar para o mundo que o Brasil se importa com os direitos huma-

nos, que não somos só o país do futebol, mas também da cidadania — afirmou.

A presidente do MHuD, Maria Zilda, pediu que o momento que antecede a Copa do Mundo seja aproveitado.

— Estamos recebendo representantes do mundo inteiro. Devemos receber o povo que vem de fora com a cabeça erguida. Seria um grande exemplo para os outros países.

Renan Calheiros concordou:

— É uma causa de todos nós. Não medirei esforços com relação aos direitos humanos. Farei tudo o que couber a mim para resolver rapidamente a votação. Como este ano é atípico, acho que o momento é agora — disse, pouco antes da aprovação da emenda em Plenário, em dois turnos.

Lúcia Vânia: PEC reforça ações antiescravidão dos últimos 20 anos

Ao afirmar que o Brasil não pode continuar sendo m a n c h a d o pela escravidão, Lúcia Vânia (PSDB-GO)

saudou ontem a aprovação unânime da PEC do Trabalho Escravo. Na avaliação dela, a proposta complementa as medidas de combate ao trabalho escravo adotadas pelo Brasil nos últimos 20 anos.

— A Constituição diz que toda propriedade deve cumprir sua função social e não pode ser usada para opressão — declarou.



Moreira Menezes/Agência Senado



Renan (C) recebe a ministra Ideli Salvatti e as atrizes Maria Zilda e Camila Pitanga, ao lado de Eduardo Braga

Congresso pode analisar hoje os vetos presidenciais

A sessão do Congresso destinada ao exame de 14 vetos presidenciais que estava marcada para ontem pode acontecer hoje, segundo o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM).

A votação de ontem seria feita em cédulas, permitindo que senadores e deputados analisassem mais de um veto de uma só vez.

Desde a promulgação da PEC que acabou com o voto secreto nessas votações, ficou estabelecida a votação de cada veto por meio do painel eletrônico, com apuração imediata. Isso exige que seja mantido o quórum mínimo de 257 deputados e 41 senadores em toda a sessão — um processo mais demorado. Em reunião de líderes partidários com o presidente do

Congresso, Renan Calheiros, acordo mudou a votação dos vetos para acelerar o processo.

Entre os vetos, há dois mais polêmicos: o veto a alguns pontos da minirreforma eleitoral (PL 6.397/2013) e o veto total ao projeto que regulamenta a criação de municípios (PLP 416/2008). Parlamentares podem tentar obstruir a votação para garantir que o texto

proposto pela presidente como alternativa seja aprovado. É o PLS 104/2014, aprovado no dia 14 e agora em análise pela Câmara. Ele diferencia os critérios para formação de municípios de acordo com a região do país. Os novos municípios deverão ter área superior a 200 quilômetros quadrados no Norte e Centro-Oeste e 100 quilômetros quadrados no

Nordeste, Sul e Sudeste. Será exigido número mínimo de habitantes: 6 mil para o Norte e o Centro-Oeste; 12 mil para o Nordeste e 20 mil para o Sul e o Sudeste.

A não votação dos vetos pode atrasar a análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO, que precisa ser votada no Congresso), pois eles trancam a pauta para outras votações.

Debatedores criticam alto número de cesáreas

A preferência dos médicos pelo parto cirúrgico é um dos problemas da violência obstétrica, debatida ontem em audiência no Senado, que defendeu o parto humanizado

A HUMANIZAÇÃO DO parto foi tema ontem de audiência conjunta das Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS). Desatenção, agressões físicas e emocionais na hora do parto e a preferência dos obstetras por cesarianas são citados como exemplos da chamada violência obstétrica em hospitais públicos e privados.

A ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, Ideli Salvatti, lamentou o alto índice de cesarianas, que chega a 40% no Sistema Único de Saúde (SUS) e a 84% nos hospitais privados, contra um índice de 15% tido como aceitável pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo ela, o número mais elevado na rede privada revela um “viés econômico”, devido ao custo mais alto do parto cirúrgico.

Para Ideli, o problema decorre ainda de comodismo, pois a cesárea dispensa o médico de ficar de plantão: a cirurgia pode ser feita fora dos fins de semana ou de qualquer data

inconveniente para a equipe clínica. Porém, disse, a mulher é induzida a fazer um procedimento mais arriscado, só indicado para situações específicas.

— É algo invasivo, agressivo e que traz consequências para a mãe e criança — afirmou.

Ideli lembrou a lei que garante o direito a acompanhante na hora do parto, um projeto que ela apresentou quando senadora. Reconheceu, porém, que a lei, sancionada em 2005, ainda não vem sendo rigorosamente cumprida. Muitos hospitais, disse, alegam falta de condições para assegurar a privacidade das parturientes. Para ela, falta sensibilizar os profissionais para a importância do acompanhamento.

Saúde da Mulher

O debate foi sugerido por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Ana Rita (PT-RS), que preside a CDH. A iniciativa foi motivada pela proximidade do Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher e do Dia Nacional pela Redução da



Pasche, Vera, Ana Rita, Ideli e Vanessa discutem estratégias para mudar a realidade obstétrica das redes pública e privada

Mortalidade Materna e Infantil, em 28 de maio.

Vanessa destacou denúncias de violência obstétrica recebidas durante a CPI da Violência contra a Mulher, em 2012 e 2013. Ressaltou também medidas que o Ministério da Saúde vem promovendo em favor do parto humanizado. Portaria recente agora determina que a equipe médica assegure contato imediato do recém-nascido com a mãe,

sem que o bebê seja levado imediatamente para exames complementares, a menos que haja necessidade efetiva.

— As medidas visam beneficiar a saúde materna e infantil, com diretrizes que agradaram aos setores que defendem o parto humanizado e a amamentação — comentou.

Rede Cegonha

Dário Frederico Pasche, do Ministério da Saúde, destacou

que essas medidas se enquadram dentro de um programa amplo de atenção à saúde da mulher, o Rede Cegonha. São formadas parcerias com estados e municípios para que as mulheres tenham orientação sobre direitos reprodutivos e pré-natal e parto seguro.

A humanização do parto, conforme Pasche, é uma prioridade e também um desafio para o Rede Cegonha, pois envolve mudar a organização e a cultura vigentes nas estruturas de saúde. Segundo ele, historicamente a cultura do campo médico avançou para a “medicalização da vida”. Assim, a gestação, o parto e o nascimento se transformaram em um “ato médico”.

Pasche disse que uma estratégia é favorecer o parto natural, em centros de natureza não hospitalar, com acompanhamento de enfermeiros qualificados em obstetrícia. Segundo ele, o modelo é o sistema inglês, em que 85% dos partos são “absolutamente fisiológicos”.

Em 30% dos partos na Inglaterra, afirmou, não há nenhuma intervenção da equipe que acompanha as gestantes. Elas também não são submetidas à episiotomia, o corte entre o ânus e a vagina para facilitar a saída do bebê, prática que vem sendo feita de forma indiscriminada no Brasil, segundo denúncias.

Falta formação para parto natural, diz especialista

Vera Soares, da Secretaria de Políticas para Mulheres, apontou a necessidade de debater a formação dos médicos. Ela disse que esses profissionais saem das faculdades aptos a lidar com “tecnologias sofisticadas”, mas incapazes de entender e acompanhar uma mulher que faz a opção por ter um parto natural.

Vera concordou que outro desafio é fazer valer a lei que garante o direito a um acompanhante na hora do parto. Em seguida, anunciou que a secretaria, junto ao Ministério da Saúde, prepara uma cartilha para as mulheres grávidas. A intenção é que elas cheguem na hora do parto sabendo todos os seus

direitos, para ter condições de exigí-los.

Disque 180

A senadora Ana Rita sugeriu que a linha telefônica 180, criada para acolher denúncias de violência contra as mulheres, possa ainda ser utilizada para informações de casos de violência obstétrica. Segundo ela, seria uma providência útil enquanto a política de parto humanizado ainda não for uma realidade em toda a rede pública.

— Assim o Ministério da Saúde poderá contar com informações para monitorar e corrigir eventuais falhas que persistam — argumentou.

Ana Rita abriu espaço para que uma jovem mãe, Elisa

Lorena de Barros Santos, contasse sua experiência de parto natural, feito em casa. Acompanhada da filha, Iara, de apenas cinco meses, ela contou que preferiu fazer o acompanhamento pré-natal com enfermeiros obstetras, na opinião dela, pessoas com maior disponibilidade para ouvir e orientar as pacientes. Explicou que Iara nasceu de forma rápida e tranquila.

— Não estou dizendo que todas as mulheres precisam ter o parto em casa, mas que o parto ocorra com todo o respeito, de forma humanizada — defendeu.

Um caso mencionado quando a CAS aprovou o requerimento para a realização da audiência voltou a ser

citado durante o debate: o de uma mulher no Rio Grande do Sul obrigada, por mandado judicial, a fazer cesariana, mesmo com a diretriz do Ministério da Saúde em prol de partos humanizados.

O Senado já aprovou, ano passado, o PLS 8/2013, que obriga o SUS a oferecer condições para a realização de partos humanizados. O texto busca converter em lei as diretrizes da portaria com orientações técnicas para o parto humanizado na rede pública, inclusive para regulamentar a presença do acompanhante durante o trabalho de parto, o parto e o pós-parto imediato. A matéria aguarda análise da Câmara dos Deputados.

Cristãos devem se insurgir contra aborto no SUS, afirma Malta

Magno Malta (PR-ES) anunciou que vai se empenhar pela revogação da portaria do Ministério da Saúde que oficializa o aborto nos hospitais brasileiros. Segundo o senador, a decisão do governo não representa o desejo da sociedade e não tem a aprovação da maioria dos partidos no Congresso.

A Portaria 415, publicada na semana passada, inclui na tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) a interrupção da gravidez nos casos previstos em lei (gestação decorrente de estupro, feto



Magno Malta/Agência Senado

anencéfalo ou risco de morte para a mulher). O SUS pagará R\$ 443 pelo procedimento.

Para Malta, a portaria obriga os médicos a “cometer um crime”, sem considerar seus princípios éticos e religiosos. Dizendo que não quer ser

acusado de polarizar o debate, por ser da bancada evangélica, lembrou que os católicos também condenam o aborto.

— Chamo a atenção para que nós cristãos, que entendemos o aborto como uma afronta à natureza de Deus, nos insurgimos contra essa portaria.

Kátia Abreu lamenta falta de “sentimento de urgência” na saúde

A senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), em pronunciamento em Plenário ontem, apelou ao Ministério Público para que exija providências do governo quanto ao atendimento na área da saúde no Tocantins. Segundo a parlamentar, os tomógrafos dos hospitais da rede pública em Araguaína e Gurupi estão parados há cinco e quatro anos, respectivamente, e as obras do Hospital Geral de Gurupi estão empenhadas há três anos sem que “nem sequer um tijolo” tenha sido colocado.



Kátia Abreu/Agência Senado

— Os parlamentares trabalham, fazem a sua parte, mas, infelizmente, quando chega na base, quando chega a execução pelos governos, não há diligência, não há sentimento de urgência — lamentou.

A senadora destacou ainda a importância do investimento no campus de Araguaína da Universidade Federal do Tocantins (UFT), com a abertura de 40 vagas no curso de medicina. Ressaltou também o anúncio de construção do Centro de Readaptação e Reabilitação (Crer) em Araguaína.

Janot discorda da redução da maioria penal

Procurador-geral da República argumenta que, em princípio, medida prevista em proposta de emenda à Constituição ofende a Carta Magna e pode ter resultado contrário ao esperado

A REDUÇÃO DA maioria penal de 18 para 16 anos voltou a ganhar destaque ontem, durante audiência pública sobre o projeto do novo Código Penal (PLS 236/2012) com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Embora o tema não seja tratado na proposta, tem sido um dos mais debatidos na reforma do código. Janot expressou posição contrária à medida.

— Como jurista, posso dizer que, em princípio, a redução da maioria penal ofende

cláusula pétrea da Constituição. Como cidadão, não vejo efetividade, objetividade. Colocar o adolescente num sistema [prisional] caótico como o nosso pode ter efeito contrário ao esperado, o de reeducação e ressocialização.

O procurador-geral da República só admitiu a hipótese de redução da maioria quando soube, por Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator do novo Código Penal, e Waldemir Moka (PMDB-MS), de detalhes da PEC 33/2012, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que prevê a diminuição da idade penal apenas para adolescentes envolvidos em crimes graves, como homicídio qualificado e estupro. A PEC já foi rejeitada pela CCJ, mas, depois de apresentação de recurso, será analisada pelo Plenário.

Diversos pontos do substitutivo elaborado por Pedro Taques (PDT-MT), agora em exame na CCJ, foram elogia-

dos por Janot. Um deles foi a ampliação das possibilidades de aplicação de penas alternativas para certos delitos.

— Temos que ter presente o efeito didático e de ressocialização que a pena exclusivamente privativa de liberdade não tem o condão de permitir — comentou o procurador.

Respaldo social

O consultor legislativo do Senado Fabiano Augusto Martins, membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), considerou que o modelo punitivo brasileiro ainda está calcado na pena privativa de liberdade. Ele observou que, se o juiz tiver dúvida no controle da aplicação da pena alternativa, tenderá a não usá-la como substituta de outra punição. Por fim, ponderou que a adoção também precisa contar com maior respaldo da sociedade.

— O mecanismo de sofrimento que a pena privativa

de liberdade impõe é muito bem compreendido pela população. Mas fica difícil internalizar o mecanismo punitivo quando a substituição da pena restritiva de direitos envolve, por exemplo, a distribuição de cestas básicas — afirmou Martins, defendendo a prestação de serviços à comunidade como “vedete” da modalidade de penas alternativas.

Se as penas alternativas não podem ser “diminuídas nem banalizadas”, Janot argumentou que o princípio da insignificância — outro aspecto tratado no PLS 236/2012 — não pode ser aplicado quando a pessoa se torna praticante habitual de um delito.

— Esse princípio (aplicado em caso de furto de objetos de pouco valor) não pode gerar incentivo à prática de crime de menor poder ofensivo — advertiu o procurador-geral da República.

Outra questão em evidência abordada por Janot foi a

punição pelo porte de drogas. Segundo recordou, a proposta inicial da comissão de juristas que revisava o Código Penal adotava o porte de uma certa quantidade de droga como parâmetro para distinção entre usuário e traficante.

Na avaliação dele, “andou bem” o substitutivo ao PLS 236/2012 quando delegou ao juiz da causa definir se o portador da droga é usuário ou traficante não só pela quantidade de droga apreendida, mas em função de outras circunstâncias exibidas no caso concreto.

Inclusão do feminicídio no Código Penal também é questionada

Questionado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Janot disse não ter certeza se seria melhor incluir uma tipificação direta ou uma qualificação específica para acréscimo de pena por feminicídio — crime cometido contra a mulher pelo fato de ser mulher.

— Estive na Guatemala há cerca de 30 dias e, segundo me informou a procuradora daquele país, a tipificação específica [na lei penal] teve uma relação direta com a redução da prática do delito — comentou Janot.

O substitutivo de Taques considera o feminicídio um crime de gênero e o inclui como uma qualificadora da prática de homicídio para fins de modulação da pena.

Procurador-geral recomenda cautela na definição de terrorismo

Janot considerou necessário enfrentar com “maturidade e cautela” a questão do terrorismo. Ele ponderou que não se pode correr o risco de criminalizar os movimentos sociais.

— O terrorismo envolve atos de violência física e psicológica destinados a gerar situação de pavor ou terror em larga escala, atingindo pessoas muito além de suas vítimas diretas — afirmou.

Projeto que define o terrorismo (PLS 499/2013) tem sido criticado por grupos que temem a criminalização de movimentos sociais.

Para Janot, depois do atentado de 11 de setembro de 2001, em Nova York, não se pode dizer que o Brasil está livre de um ato bárbaro.



Rodrigo Janot elogia, em audiência presidida por Vital do Rêgo (C), pontos do texto atual para reforma do Código Penal

Uruguai vem ao Senado debater regulação da maconha no dia 2

O responsável pela política de drogas do Uruguai, Julio Calzada (foto), será um dos participantes da primeira audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado vai realizar, no dia 2 de junho, para dar início aos debates sobre a regulação da maconha. Além do secretário-geral da Junta Nacional de Drogas do Uruguai, país que recentemente liberou o cultivo e a venda de maconha, estão confirmadas as presenças do representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime no Brasil, Rafael Franzini-Battle, e do secretário nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Vitore André Zílio Maximiano.

As informações sobre a audiência foram publicadas em um site criado por Cristovam Buarque (PDT-DF) com o objetivo de ampliar e aprofundar a discussão sobre a maconha. O senador

relata a Sugestão 8/2014, apresentada pelo cidadão André Kiepper por meio do Portal e-Cidadania, propondo a regulação da erva para usos medicinal, recreativo e industrial, com tratamento semelhante ao garantido ao álcool e ao cigarro. Kiepper conseguiu o apoio de 20 mil pessoas à ideia.

O site www.cristovam.org.br/debatemaconha dá acesso a um estudo da Consultoria do Senado sobre o tema. Depois de avaliar aspectos sanitários, econômicos e legais, a conclusão dos consultores é de que o futuro da

maconha no país é o da legalização controlada, com a regulação de todo o processo, da produção e comércio à posse e ao consumo de drogas, que ficaria sujeito a controle e fiscalização pelo Estado.



Juan Comissante

Juizes federais pedem apoio para adicional de tempo de serviço

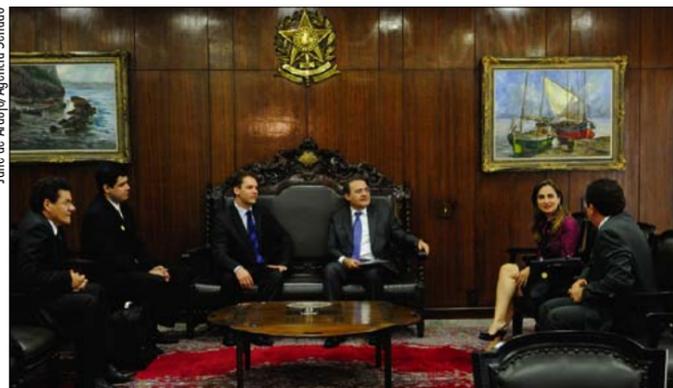
O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem representantes da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). Durante o encontro, o novo presidente da entidade, juiz Antônio César Bochenek, e a juíza Candice Lavocat Galvão Jobim, eleita para uma das vice-presidências, entregaram a Renan convite para a posse da diretoria, no dia 4 de junho.

Na audiência, os magistrados pediram a Renan Calheiros a aprovação da PEC 63/2013, que estabelece o

pagamento de adicional por tempo de serviço a juizes e membros do Ministério Público, remunerados por meio de subsídio.

O texto, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), aguarda votação pelo Plenário.

Outro assunto discutido no encontro foi o PLC 6/2014, que institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios para os membros do Ministério Público da União e da magistratura. A proposta já foi aprovada na CCJ.



Renan Calheiros (4º à esq.) recebe membros da diretoria eleita da Ajufe

Confira o “Especial Cidadania” a respeito do assunto: <http://bit.ly/Cidadania473>

Luta de Irmã Dulce pelos doentes pobres e desamparados foi celebrada ontem em sessão solene comemorativa ao centenário de nascimento da religiosa, beatificada pelo papa Bento XVI em 2011



Na sessão de homenagem, Lidice da Mata fala sobre a ação evangelizadora e as ações de caridade da religiosa baiana

Exemplo de Irmã Dulce é exaltado no Congresso

A MEMÓRIA DE Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes, a Irmã Dulce, foi exaltada no Congresso Nacional ontem. A sessão de homenagem marcou o centenário da religiosa católica, nascida em Salvador, que dedicou a vida a atividades de assistência aos pobres e criou várias instituições de caráter filantrópico.

Os parlamentares citaram a “figura frágil, de voz baixa” de Irmã Dulce e a consideraram uma “fortaleza incomparável na defesa dos mais pobres”. Para eles, a religiosa, beatificada pelo papa Bento XVI em 2011, “é uma verdadeira santa”.

Nascida em 26 de maio de 1914, aos 13 anos descobriu a vocação religiosa. Com 18 anos, ingressou na Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus e logo passou a lutar por atendimento médico e acolhimento aos pobres, doentes, rejeitados, idosos, crianças, pessoas com deficiência e dependentes químicos. Suas obras sociais, que atendem cerca de 4 milhões de pessoas por ano, começaram quando decidiu acolher, no galinheiro do convento que a abrigava, 70 doentes terminais.

José Sarney (PMDB-AP), autor do requerimento, deu detalhes das ações da religiosa, que construiu escolas, bibliotecas, hospitais e montou

cursos em prol dos pobres e dos doentes e desamparados. Sarney a indicou ao Prêmio Nobel da Paz quando era presidente da República. Segundo ele, nenhuma santa será tão brasileira, santa e boa e representará o espírito do Brasil junto a Deus como Irmã Dulce. Beatificada — último passo antes da canonização —, a religiosa baiana, morta em 1992, pode figurar entre os santos da Igreja Católica.

Lenço branco

Sarney disse ter sido abençoado com um dos milagres da religiosa, ao deixar o cargo de presidente da República, quando achou que seria hostilizado pela população. Ele afirmou que, sentindo a presença da beata, sacudiu um lenço branco e, ao contrário do esperado, foi aplaudido ao descer a rampa ao lado de seus familiares.

— Irmã Dulce, frágil como pétala, débil como folha levada no vento, plena de bondade e lutando sempre, até para respirar e pela causa dos pobres. Foi essa a santa que conheci e que hoje celebramos em seu centenário de nascimento, ela que já é eterna — avaliou.

Passagens da vida dela, com exemplos de humildade, perseverança, dedicação e solidariedade, foram citados por todos os oradores. O

deputado Antonio Imbassahy (PSDB-BA), um dos autores do requerimento de homenagem na Câmara, lembrou a constante busca da religiosa por recursos para suas obras, o que a fez ser conhecida como a “freirinha pidona”.

— Com ela, renasceu esperança onde havia desespero, doença e fome — declarou o político baiano.

Também discursou Lidice da Mata (PSB-BA), para quem é indispensável que o Brasil reconheça a ação evangelizadora e de caridade de Irmã Dulce, que nunca abriu mão da solidariedade. Walter Pinheiro (PT-BA), na presidência dos trabalhos, citou o apóstolo Paulo ao dizer que Irmã Dulce era uma das poucas pessoas a poder dizer “Cristo vive em mim”, por seu amor e entrega ao próximo.

Maria Rita Pontes, sobrinha da religiosa e superintendente das Obras Sociais Irmã Dulce, ressaltou o espírito visionário da fundadora de uma das mais vigorosas obras sociais do país, cujo ideal fraterno continua a inspirar as novas gerações a dar continuidade ao trabalho.

Hoje, 65 anos após o episódio do galinheiro do convento, são 4 milhões de atendimentos ambulatoriais por ano a usuários do SUS em 15 núcleos de atendimento, informou a superintendente.

Ana Rita elogia governo por combate à exploração sexual

Ana Rita (PT-ES) elogiou em pronunciamento as ações do governo federal no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, especialmente a campanha Não Desvie o Olhar, que visa sensibilizar a sociedade, inibir os crimes e incentivar a denúncia no período da Copa do Mundo e de outros grandes eventos esportivos.

Na semana passada, a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que torna hediondo esse tipo de crime.

Ana Rita lembrou que a violência sexual contra crianças até 9 anos só fica atrás das notificações de negligência e abandono.

— Que o nosso maior legado da “Copa das Copas” seja o legado social. É isso que nós esperamos e é isso que, com certeza, irá acontecer. Vamos celebrar essa união dos povos pelo futebol, ganhar em campo, mas bater, em especial, um bolão fora dos campos, a favor da proteção das nossas crianças e adolescentes — disse.

Vanessa destaca luta dos jovens pela transformação do país

Ao saudar a realização do 17º Congresso da União da Juventude Socialista (UJS), que reuniu cerca de 3 mil jovens de todo o país no último final de semana em Brasília, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que é essencial a atuação dos jovens para a transformação do país.

A senadora citou como exemplo as manifestações ocorridas no ano passado e ressaltou que, com os manifestos, os jovens conseguiram barrar o aumento

do preço de passagens em várias cidades e pautaram a reforma política.

— A luta pela educação continua sendo prioridade para a organização da juventude do Brasil, e não é diferente em relação à UJS. Com a aproximação da Copa do Mundo no Brasil, a UJS reforçou a defesa do evento e de seu legado, com a seguinte palavra de ordem: “Não tem contradição: eu quero Copa, saúde e educação” — frisou Vanessa.

Comissão vota projeto que cria regra para sair do Bolsa Família

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode decidir hoje o futuro de um projeto que nos últimos meses tem levado a uma queda de braço entre governo e oposição. Sob argumento de que é preciso tornar o Programa Bolsa Família uma política de Estado, Aécio Neves (PSDB-MG) apresentou duas propostas. Uma delas, novamente em pauta, estabelece em lei as regras para o desligamento dos beneficiários, hoje inseridas em decreto presidencial.

Para isso, o PLS 458/2013, que tem relatório favorável da senadora Lúcia Vânia

(PSDB-GO), prevê o pagamento do benefício do Bolsa Família por mais seis meses para quem melhorar de renda e assim for obrigado a deixar o programa do governo. O projeto, que já foi retirado de pauta mais de uma vez, sugere mudança num programa que tem a “autoria” disputada por governo e oposição. Os governistas acusam o autor de propor aperfeiçoamentos que já estão no programa.

Depois de examinada na CAS, a matéria deve seguir para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Veja de perto o que acontece no Senado

8 canais da TV Senado na internet

Com a multiprogramação da TV Senado na internet, o cidadão com acesso a banda larga pode conferir, além da programação normal da emissora, mais sete canais que transmitem em tempo real as sessões plenárias e reuniões das comissões e subcomissões.



Serviços e informações disponíveis na página da TV Senado

Oito canais com sinal ao vivo da TV Senado com transmissões simultâneas de diferentes pontos da Casa

Canal 9 do Portal Terra transmite os eventos do Senado de grande apelo e interesse público

Informações sobre a programação e a recepção do sinal da TV

Grade de programação diária e destaques do fim de semana

Reportagens, trechos ou íntegras de programas e de coberturas realizadas, disponíveis para visualização e download

Formulário para envio de sugestões e (ou) reclamações

www.senado.leg.br/tv | Twitter: @TVSenado



Investimentos em telecomunicações no Brasil serão o legado deixado pelo torneio internacional de futebol, segundo explicações do ministro em audiência conjunta

Ministro diz que Copa beneficia comunicação

A COPA DO Mundo deixará como legado para as telecomunicações a antecipação de investimentos. A afirmação foi feita ontem pelo ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, em audiência no Senado.

— Nós antecipamos em pelo menos cinco anos os investimentos que a Telebras faria para o Plano Nacional de Banda Larga. O serviço de 4G que está sendo implantado vai ser usado pela população nos próximos 15 anos — disse.

O ministro participou de audiência pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Serviços de Infraestrutura (CI). Ele destacou investimentos em redes de fibra óptica e em sistemas de fiscalização para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), além do aprendizado tecnológico sobre o fornecimento de serviços em aglomerações.

— O Brasil sai mais bem preparado em termos de telecomunicações — frisou.

Em resposta a Zeze Perrella (PDT-MG), o ministro afirmou que o governo cumpriu os compromissos assumidos com a Fifa de instalação de infraestrutura para transmissão de sinais de áudio e vídeo nas 12

cidades que sediarão jogos e nas que hospedarão seleções.

Ele afirmou que estão asseguradas antenas para serviço 2G, 3G e 4G em todos os estádios, mas disse que a internet poderá ficar lenta devido à grande demanda nos jogos.

— Recomendamos a instalação de rede wi-fi, mas seis estádios não aceitaram e deverão enfrentar congestionamentos.

Para Perrella e Eduardo Amorim (PSC-SE), a falta de acordo resultará em prejuízos para usuários, o que justificaria uma intervenção do governo. O ministro avaliou o caso como de negociação comercial, não cabendo ao poder público regular o valor de aluguel.

Celulares ruins

Sobre a baixa qualidade da telefonia móvel, Paulo Bernardo reconheceu que o serviço precisa melhorar, mas apontou avanços que permitiram ao país ter hoje 360 milhões de serviços ativos de telefonia fixa e móvel, internet e TV por assinatura, uma média de dois contratos por pessoa.

— Entre dezembro de 2010 e abril de 2014 houve um crescimento de 474% de acessos ativos — acrescentou.

Waldemir Moka (PMDB-MS) estimou que, a cada 50 chamadas nos celulares dos

senadores, operados pela Oi, 40 apresentam problemas. Ele considera que as empresas disputam a ampliação da rede de clientes sem investimentos em melhoria. Anibal Diniz (PT-AC) acrescentou que é comum o problema de interrupções sistemáticas de chamadas.

Moka rejeitou a informação do ministro de que as operadoras completam com sucesso 98% das ligações. Paulo Bernardo se comprometeu a solicitar da Anatel um teste público de eficiência e informou que passará a vigorar a partir de julho um conjunto de novas regras definidas pela Anatel, como o fim da cobrança pela segunda ligação para o mesmo número até dois minutos após a queda da chamada original.

O ministro destacou o direito dos assinantes de aderir a promoções para novos clientes e o serviço de cancelamento automático de contratos.

Sobre a falta de cobertura da telefonia móvel em diversas regiões do país, ele explicou que licitações passadas não exigiam que também os distritos, e não apenas a sede dos municípios, fossem atendidos. Nas licitações para o serviço 4G, disse, está prevista a oferta obrigatória de acesso a internet e telefonia até 30 quilômetros a partir da borda da área urbana.



Meta do plano nacional é conectar 40 milhões de domicílios à internet

Falta de infraestrutura limita crescimento da internet

Depois da audiência sobre telefonia celular, Paulo Bernardo participou de debate na CCT sobre o Programa Nacional de Banda larga (PNBL), que prevê a massificação da internet rápida no país. Segundo o ministro, a maior limitação está na falta de infraestrutura fora dos grandes centros urbanos. Pouco mais da metade das cidades está hoje conectada com fibra óptica. Ele avalia que é necessário, em cinco anos, levar fibra óptica a 95% dos municípios.

— Neste momento só há uma solução: fazer redes de fibra óptica no país inteiro.

Além de promover a expansão da rede pública de fibra óptica, o Ministério das Comunicações tem adotado outras medidas para cumprir a meta de chegar a 40 milhões de domicílios conectados à internet, como a desoneração de redes e terminais de acesso, o programa de desoneração de smartphones e a chamada banda larga popular, com internet na velocidade de 1 Mbps ao valor de R\$ 35 mensais (com impostos).

Sobre a tributação estadual de telefonia e internet, Paulo Bernardo apoiou projeto de

Gleisi Hoffmann (PT-PR) que limita em 10% a alíquota de ICMS. Ele disse que custo do acesso é um dos principais obstáculos à banda larga.

— Os estados que têm menos serviço e que têm mais necessidade de barateá-lo são os que cobram mais caro.

Paulo Bernardo observou que a banda larga móvel (pelas redes 3G e 4G) tem liderado a expansão. Os acessos por tablets e smartphones, segundo ele, saltaram de 18 milhões para 120 milhões entre 2010, quando foi lançado o PNBL, e o primeiro trimestre de 2014.

Na banda larga fixa, os acessos foram de 23 milhões nos primeiros meses de 2014, contra 13 milhões em 2010.

— As pessoas não querem mais telefone fixo ou computador preso na parede por um fio. No ano passado, já se vendeu mais tablets do que computador [desktop].

Anibal disse que, apesar do compromisso da Anatel de garantir acesso à banda larga em todos os estados, as operadoras não vêm cumprindo a determinação. Presidente da CCT, Zeze Perrella criticou o alto preço das tarifas e a existência de áreas sem cobertura.



Paulo Bernardo, ouvido pelos senadores Eduardo Amorim e Zeze Perrella, diz que a internet 4G será usada nos próximos 15 anos

Couto critica governo por isenção tributária à Fifa para a Copa

Mário Couto (PSDB-PA) disse em Plenário que o Brasil está abandonado e que a presidente Dilma Rousseff não tem responsabilidade nem capacidade para governar o país.

Lembrando as condições precárias de rodovias e hospitais, ele afirmou que a presidente está mentindo ao povo sobre o progresso do país.

Mário Couto, que ainda acusou o governo de formar uma “tropa de elite” no Senado para justificar irregularidades



na Petrobras, criticou os gastos com estádios para a Copa do Mundo. O senador disse que o governo concedeu vantagens indevidas à Fifa na Copa.

— Sabe quanto é que a Fifa vai ganhar neste Mundial aqui no Brasil? R\$ 35 bilhões. Sabe quanto o Brasil cobrou de imposto da Fifa? O único país de todas as Copas que não cobrou um tostão da Fifa foi o Brasil da presidente Dilma — afirmou o parlamentar.

MP sobre distribuição de energia é discutida

A comissão que analisa a MP 641/2014 promove hoje, às 14h30, audiência para discutir a matéria, que disciplina a contratação de serviço público de distribuição de energia elétrica. Será o primeiro de dois debates sobre a MP, que precisa passar pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Para a primeira audiência, foram convidados representantes do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), da Associação

Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget) e da Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidroelétricas (Abrapch).

Modernização

A MP 641/2014 altera a Lei de Comercialização da Energia Elétrica (Lei 10.848/2004), visando aperfeiçoar a contratação do serviço público de distribuição de energia elétrica, após uma década de vigência

do novo sistema do setor.

A medida antecipa para o mesmo ano da licitação a entrega, para o Sistema Interligado Nacional (SIN), de energia de usinas em atividade. A proposta também modifica o prazo mínimo de suprimento para um ano. A Lei de Comercialização da Energia Elétrica estabelecia que o início do suprimento ocorresse no ano seguinte ao da licitação e com prazo mínimo de três anos.

A comissão da MP 641/2014 é presidida pelo deputado Fernando Ferro (PT-PE) e tem como relator o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).